

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ação de marketing contra os problemas 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Todos os curingas de Lira 5

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso tenta de novo encarar a reforma tributária (Editorial) 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira designa aliados como relatores para aprovar reformas prometidas pelo governo
..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Construção lidera geração de vagas, mas com salário pior 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Garantia do FGTS dá impulso a consignado 14

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
SERVIDOR PÚBLICO

Os custos do Orçamento 'autorizativo' (Artigo) 17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SERVIDOR PÚBLICO

União economiza R\$ 8 bi com acordos em processos judiciais 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fim do Doing Business deixa Brasil na pior posição 20

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Negacionismo no setor elétrico (Artigo) 21

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuinte vence disputa de R\$ 65 bi 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

As democracias de mercado tem limites - ROBERTO BRANT 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Paz bolsonarista gera receios 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Um acordo para avançar (Editorial) 27

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

A desnecessária criação de mais um TRF (Editorial)	28
<small>O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA</small>	
Mil dias da gestão Bolsonaro explicam a sua reprovação	29
<small>O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA</small>	
Grandes empresas pedem, em carta, protagonismo do Brasil na agenda verde	31
<small>O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS</small>	
Dúvidas sobre China derrubam a Vale	33
<small>O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA</small>	
"O custo político de queda no PIB pode ser difícil de aceitar"	36
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA</small>	
BC prevê déficit nas contas externas	37
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA</small>	
Visão fiscalista prevalece no novo Bolsa Família	38
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA</small>	
Alta de mão de obra subocupada revela retomada frágil	39
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA</small>	
Revisões do PIB pioram cenário do desemprego em 2022	40
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA</small>	
BCs adotam viés conservador e impulsionam juros globais	41
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA</small>	
'AL não terá mais um apoio tão forte das commodities'	42
<small>O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES POLÍTICA</small>	
Legislação eleitoral à la carte (Editorial)	43

Ação de marketing contra os problemas

» *Luana Patriolino*» *Tainá Andrade*

O presidente Jair Bolsonaro já preparou os tambores para botar o bloco na rua nesta semana a fim de comemorar os 1.000 dias de seu governo. O objetivo dele é atrair todas as atenções possíveis para os feitos de sua administração, além de tentar colar a marca de um gestor que faz por meio da entrega de obras, muitas delas iniciadas em governos anteriores. Com a popularidade despencando, o mandatário acredita que este é o momento da virada para garantir a reeleição em 2022.

No entanto, o presidente terá de dividir os holofotes com o Congresso, onde projetos de interesse do Palácio do Planalto fazem muito ruído, e com o Supremo Tribunal Federal (STF), que decidirá se o chefe do Executivo deverá depor, por escrito ou presencialmente, no processo em que é investigado por suposta interferência indevida na Polícia Federal. No próximo sábado, está marcada mais uma manifestação contra o governo, que deve reunir representantes da direita e da esquerda.

Bolsonaro, que vem sustentando um discurso mais brando para tentar recuperar apoio de parte da elite que o abandonou, em especial a econômica, escalou ministros e secretários para cerimônias em todas as regiões do país. Ele, pessoalmente, passará por Bahia, Alagoas, Roraima, Minas Gerais e Paraná. Contudo, por mais barulho que ele faça, terá de se conformar com o depoimento do empresário Luciano Hang, na quarta-feira, na CPI da Covid. O dono da rede de lojas Havan é acusado de financiar o gabinete paralelo que disseminou informações falsas sobre a pandemia do novo coronavírus e incentivou o tratamento precoce contra a covid-19 usando medicamentos não reconhecidos pela ciência, como a cloroquina.

A festança dos mil dias do governo Bolsonaro só aumentará a animosidade no Congresso, segundo parlamentares. Na semana passada, o Planalto conseguiu aprovar a reforma administrativa na Comissão Especial da Câmara, mas, dificilmente, o projeto chegará ao Plenário. Foram necessárias sete versões e muitos arranjos na composição do colegiado para que a vitória saísse.

Ao mesmo tempo, a equipe econômica corre contra o tempo para aprovar, no Senado, a reforma do Imposto de Renda, e, nas duas Casas, a PEC dos Precatórios. Sem isso, não há como turbinar o Bolsa Família,

rebatizado de Auxílio Brasil - uma das principais promessas de campanha de Bolsonaro.

Era desejo de Bolsonaro aproveitar os eventos dos 1.000 dias do governo para anunciar um programa social mais robusto, que, no entender do Planalto, será vital para recuperar o apoio de parte da população mais pobre, em especial no Nordeste, onde o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva lidera todas as pesquisas de intenção de votos. Porém, a falta de empenho do presidente em fazer as reformas andarem e a crise política criada por ele ergueram uma série de obstáculos. Não à toa, cresceu muito a pressão para que o auxílio emergencial, que acaba no mês que vem, seja estendido até dezembro - o que causa calafrios na equipe econômica e em integrantes do mercado financeiro.

O deputado federal Alessandro Molon (Rede-RJ) afirma que a divulgação da comemoração dos 1.000 dias de governo refletem a insegurança do presidente diante do mandato. "O que Bolsonaro tem para comemorar no milésimo dia de seu governo? O recorde do desemprego? O da inflação? O preço do gás, da carne, da gasolina? O país está à deriva, não existe governo. São 1.000 dias de incompetência e desgoverno. Inacreditável que, no meio desse caos, Bolsonaro pense em comemoração", critica o líder da minoria na Câmara.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) avalia que a desarticulação do governo o impede de seguir com propostas emergenciais. "Não há uma proposta concreta de reforma tributária, por exemplo. Pode ser votada a qualquer momento, mas por insistência do Senado. Falta de articulação total. A gente precisa criar alternativas para programas sociais e existem muitas outras coisas que não foram debatidas com o governo", destaca.

Outro ponto que pode ofuscar as comemorações de Bolsonaro é a marca de 600 mil mortos em decorrência da covid-19. O número de óbitos pela doença está em 594.443, de acordo com os dados divulgados pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Desgaste no Senado

A CPI da Covid ouve, amanhã, a advogada Bruna Morato, que representa os médicos que denunciaram o plano de saúde Prevent Senior por meio de um dossiê com diversas denúncias - como um suposto

estudo com pacientes submetidos, sem saber, ao chamado "kit covid", além de adulteração de prontuários médicos e atestados de óbito.

O senador Humberto Costa (PT-PE) afirma que pretende confrontar as informações da empresa e trazer à tona novas informações. "Os médicos lá estarão e será o momento de trazer outras denúncias, fazer uma confrontação entre o que a advogada diz e aquilo que o Pedro Benedito Batista Jr. (diretor-executivo da Prevent) falou. Espero que possam contestar ponto por ponto do que ele falou", explica.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) acredita que o colegiado já tem muitos elementos para fechar o relatório da CPI. "O próprio depoimento (do Pedro Batista Jr.) mostrou que adulteravam a CID (Classificação Internacional de Doenças). O Ministério Público montou uma força-tarefa para investigar e defendo que devemos entregar o dossiê pessoalmente ao MP", salienta.

Muitas inaugurações. As ações de governo ficam cada vez mais visíveis. Indiscutível a qualidade das realizações" Ricardo Barros, Líder do governo na Câmara

O que Bolsonaro tem para comemorar no milésimo dia de seu governo? O país está à deriva, não existe governo Alessandro Molon, Líder da minoria na Câmara

Todos os curingas de Lira



» *Israel Medeiros*

O ano se aproxima do final e, até agora, a equipe econômica do governo Bolsonaro não conseguiu cumprir duas importantes promessas de campanha: aprovar as reformas tributária e administrativa. Tanto o governo quanto o Congresso, na figura dos presidentes da Câmara e do Senado, correm contra o tempo para evitar que tais questões fiquem para 2022 - ano eleitoral, no qual se potencializam as dificuldades de aprovar temas polêmicos e também porque o Parlamento funciona à meia velocidade.

Nesse contexto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem empenhado esforços para acelerar pautas de interesse dele, de seu grupo político e do governo, até porque, a partir de outubro, a Casa voltará a decidir tudo de forma presencial. Ciente de que não será tão fácil passar o tratoração, tem designado aliados para cargos estratégicos em comissões e para relatorias de projetos que podem destravar algumas das principais pautas. Na última semana, por exemplo, ele colocou o presidente interino do PP, deputado André Fufuca (1) (MA), na relatoria do passaporte tributário - uma das etapas da **reforma tributária**.

Fufuca está no segundo mandato e é aliado de Ciro Nogueira - um dos cardeais do Centrão, que deixou a presidência do PP para ser ministro da Casa Civil de Bolsonaro -, e de Lira. Ao Correio, Fufuca rasgou elogios ao senador piauiense e disse que a articulação do governo com o Congresso deu um salto de qualidade.

"A questão da articulação política melhorou com a chegada do Ciro Nogueira à Casa Civil. Ele conseguiu articular melhor. O que faltava era organização", disse Fufuca. Ele também vê que o momento para a aprovação das reformas tem que ser agora. "Estamos vendo a reforma administrativa avançando".

Segundo fontes do Centrão, quem toca a articulação da reforma administrativa é o próprio Ciro. O tema enfrenta forte resistência de grupos organizados de servidores e há dúvidas sobre a viabilidade dela no Plenário da Câmara, já que, para passar pela Comissão Especial, precisou ser desidratada pelo relator, Arthur Maia (DEM-BA).

Fufuca admite que Lira o procurou pedindo celeridade à pauta, que, segundo ele, é fundamental para destravar a agenda econômica. O que o deputado tem em comum com outros parlamentares, que têm assumido relatorias importantes, é o fato de ter trabalhado ativamente na campanha do deputado alagoano para presidente da Câmara.

Em fevereiro, o deputado Silvio Costa Filho (2) (Republicanos-PE) foi designado relator do projeto da autonomia do Banco Central, logo após a vitória de Lira. Na ocasião, o presidente da Casa retirou a proposta das mãos do MDB, que havia apoiado a candidatura de Baleia Rossi (MDB-SP).

O padrão se repetiu nos meses seguintes. No caso da **reforma tributária**, por exemplo, o deputado Celso Sabino (3) (PSL-PA) - que é auditor fiscal da Secretaria de Fazenda do Pará -, foi escolhido para relatar o PL 2.337/21, que trata das mudanças no

Imposto de Renda. Esse cargo havia sido prometido ao deputado Luís Miranda (DEM-DF), que o perdeu quando denunciou o presidente Jair Bolsonaro e o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), por suposto envolvimento num esquema de compra de vacinas superfaturadas pelo Ministério da Saúde.

Sabino trocou o PSDB pelo PSL na última semana, em um evento que contou com a presença de Lira e do presidente do DEM, ACM Neto. DEM e PSL, aliás, estudam se fundirem numa única legenda para terem aspirações maiores nas próximas eleições. Outro que também tem proximidade com Lira e ganhou uma relatoria importante foi Hugo Leal (4) (PSD-RJ), escolhido o relator-geral do orçamento de 2022.

A lista tem, ainda, Hugo Motta (5) (Republicanos-PB), designado relator da PEC dos Precatórios - de extrema importância para que o governo consiga bancar o Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família. A deputada Celina Leão (PP-DF), que estava na Secretaria de Esportes do governo do Distrito Federal, foi forte articuladora na campanha de Lira à presidência da Câmara e decidiu voltar ao mandato após sua vitória. Agora é responsável pela mobilização.

Promessas cumpridas

Quem também conseguiu uma relatoria importante foi a deputada federal Margarete Coelho (6) (PP-PI), que faz parte da tropa de choque de Lira e cuida de questões jurídicas, que são sua especialidade. Ela foi a relatora do projeto do novo Código Eleitoral. Ao Correio, a parlamentar garantiu que o fato de ela e os colegas terem atuado na campanha de Lira não foi um fator essencial para assumirem relatorias ou cargos importantes em comissões.

"Quem indica o relator é a bancada. A distribuição tem sido mais ou menos equânime. Como o presidente teve maioria na Câmara, acabou acolhendo quem o apoiou. Tem a ver mais com a maioria que ele conseguiu formar", disse.

Para ela, sob a liderança de Lira, a Casa tem sido "extremamente responsável" e "demonstrado compromisso" com as pautas não só do Executivo, mas, também, de parlamentares. "Foi um compromisso do Lira na campanha, de não engavetar projetos, não ter uma pauta preferencial; representar a Casa e dar conta dos desafios que o Brasil enfrenta. Nesse aspecto, ele tem cumprido suas promessas", observou.

Margarete ressaltou que os projetos encaminhados ao Plenário vêm amadurecidos pelas bancadas. Sendo assim, há maior possibilidade de aprovação. "Na parte

da Câmara, estamos bem. No Senado, está mais devagar. Claro que questões como **reforma tributária** e administrativa são temas espinhosos para a Casa, porque tem o corporativismo, tem as militâncias. A **reforma tributária**, por exemplo, interessava muito ao mercado financeiro e tem toda uma complexidade em torno dela", pontua a parlamentar.

Marco Antônio Teixeira, cientista político da Escola de Administração e Ensino Superior da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), avalia que o Congresso está estagnado em várias pautas. "Aquilo que tem sido aprovado na Câmara está tendo dificuldade no Senado, como é o caso da **reforma política**. De um lado, há uma dificuldade de coordenação entre Senado e Câmara. Por outro, do governo, que nunca teve uma articulação competente", disse.

Congresso tenta de novo encarar a reforma tributária (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018?page=1§ion=1

Lira designa aliados como relatores para aprovar reformas prometidas pelo governo

» *Israel Medeiros*

O ano se aproxima do final e, até agora, a equipe econômica do governo Bolsonaro não conseguiu cumprir duas importantes promessas de campanha: aprovar as reformas tributária e administrativa. Tanto o governo quanto o Congresso, na figura dos presidentes da Câmara e do Senado, correm contra o tempo para evitar que tais questões fiquem para 2022 - ano eleitoral, no qual se potencializam as dificuldades de aprovar temas polêmicos e também porque o Parlamento funciona à meia velocidade.

Nesse contexto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem empenhado esforços para acelerar pautas de interesse dele, de seu grupo político e do governo, até porque, a partir de outubro, a Casa voltará a decidir tudo de forma presencial. Ciente de que não será tão fácil passar o tratoração, tem designado aliados para cargos estratégicos em comissões e para relatorias de projetos que podem destravar algumas das principais pautas. Na última semana, por exemplo, ele colocou o presidente interino do PP, deputado André Fufuca (1) (MA), na relatoria do passaporte tributário - uma das etapas da **reforma tributária**.

Fufuca está no segundo mandato e é aliado de Ciro Nogueira - um dos cardeais do Centrão, que deixou a presidência do PP para ser ministro da Casa Civil de Bolsonaro -, e de Lira. Ao Correio, Fufuca rasgou elogios ao senador piauiense e disse que a articulação do governo com o Congresso deu um salto de qualidade.

"A questão da articulação política melhorou com a chegada do Ciro Nogueira à Casa Civil. Ele conseguiu articular melhor. O que faltava era organização", disse Fufuca. Ele também vê que o momento para a aprovação das reformas tem que ser agora. "Estamos vendo a reforma administrativa avançando".

Segundo fontes do Centrão, quem toca a articulação da reforma administrativa é o próprio Ciro. O tema enfrenta forte resistência de grupos organizados de servidores e há dúvidas sobre a viabilidade dela no Plenário da Câmara, já que, para passar pela Comissão Especial, precisou ser desidratada pelo relator, Arthur Maia (DEM-BA).

Fufuca admite que Lira o procurou pedindo celeridade à pauta, que, segundo ele, é fundamental para destravar a agenda econômica. O que o deputado tem em comum com outros parlamentares, que têm assumido relatorias importantes, é o fato de ter trabalhado ativamente na campanha do deputado alagoano para presidente da Câmara.

Em fevereiro, o deputado Silvio Costa Filho (2) (Republicanos-PE) foi designado relator do projeto de autonomia do Banco Central, logo após a vitória de Lira. Na ocasião, o presidente da Casa retirou a proposta das mãos do MDB, que havia apoiado a candidatura de Baleia Rossi (MDB-SP).

O padrão se repetiu nos meses seguintes. No caso da **reforma tributária**, por exemplo, o deputado Celso Sabino (3) (PSL-PA) - que é auditor fiscal da Secretaria de Fazenda do Pará -, foi escolhido para relatar o PL 2.337/21, que trata das mudanças no Imposto de Renda. Esse cargo havia sido prometido ao deputado Luís Miranda (DEM-DF), que o perdeu quando denunciou o presidente Jair Bolsonaro e o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), por suposto envolvimento num esquema de compra de vacinas superfaturadas pelo Ministério da Saúde.

Sabino trocou o PSDB pelo PSL na última semana, em um evento que contou com a presença de Lira e do presidente do DEM, ACM Neto. DEM e PSL, aliás, estudam se fundirem numa única legenda para terem aspirações maiores nas próximas eleições. Outro que também tem proximidade com Lira e ganhou uma relatoria importante foi Hugo Leal (4) (PSD-RJ), escolhido o relator-geral do orçamento de 2022.

A lista tem, ainda, Hugo Motta (5) (Republicanos-PB), designado relator da PEC dos Precatórios - de extrema importância para que o governo consiga bancar o Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família. A deputada Celina Leão (PP-DF), que estava na Secretaria de Esportes do governo do Distrito Federal, foi forte articuladora na campanha de Lira à presidência da Câmara e decidiu voltar ao mandato após sua vitória. Agora é responsável pela mobilização.

Promessas cumpridas

Quem também conseguiu uma relatoria importante foi

a deputada federal Margarete Coelho (6) (PP-PI), que faz parte da tropa de choque de Lira e cuida de questões jurídicas, que são sua especialidade. Ela foi a relatora do projeto do novo Código Eleitoral. Ao Correio, a parlamentar garantiu que o fato de ela e os colegas terem atuado na campanha de Lira não foi um fator essencial para assumirem relatorias ou cargos importantes em comissões.

"Quem indica o relator é a bancada. A distribuição tem sido mais ou menos equânime. Como o presidente teve maioria na Câmara, acabou acolhendo quem o apoiou. Tem a ver mais com a maioria que ele conseguiu formar", disse.

Para ela, sob a liderança de Lira, a Casa tem sido "extremamente responsável" e "demonstrado compromisso" com as pautas não só do Executivo, mas, também, de parlamentares. "Foi um compromisso do Lira na campanha, de não engavetar projetos, não ter uma pauta preferencial; representar a Casa e dar conta dos desafios que o Brasil enfrenta. Nesse aspecto, ele tem cumprido suas promessas", observou.

Margarete ressaltou que os projetos encaminhados ao Plenário vêm amadurecidos pelas bancadas. Sendo assim, há maior possibilidade de aprovação. "Na parte da Câmara, estamos bem. No Senado, está mais devagar. Claro que questões como **reforma tributária** e administrativa são temas espinhosos para a Casa, porque tem o corporativismo, tem as militâncias. A **reforma tributária**, por exemplo, interessava muito ao mercado financeiro e tem toda uma complexidade em torno dela", pontua a parlamentar.

Marco Antônio Teixeira, cientista político da Escola de Administração e Ensino Superior da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), avalia que o Congresso está estagnado em várias pautas. "Aquilo que tem sido aprovado na Câmara está tendo dificuldade no Senado, como é o caso da **reforma política**. De um lado, há uma dificuldade de coordenação entre Senado e Câmara. Por outro, do governo, que nunca teve uma articulação competente", disse.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4951882-lira-designa-aliados-como-relatores-para-aprovar-reformas-prometidas-pelo-governo.html>

Construção lidera geração de vagas, mas com salário pior



Operários trabalham em reforma de hotel no Rio de Janeiro (RJ) Foto: Tereza F. Rodrigues

Leonardo Viaceli rio de janeiro

Em um ano, o setor de construção engatou retomada no mercado de trabalho, com aumento de 19,6% na população ocupada no Brasil. A renda média dos trabalhadores do ramo, contudo, caiu 14,8% no mesmo intervalo, mostram dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Na visão de analistas, os indicadores com resultados opostos refletem, principalmente, a volta ao mercado de trabalho de profissionais informais.

De um lado, o retorno desses trabalhadores, que sofreram mais na fase inicial da pandemia, acaba aumentando a população ocupada. O efeito colateral é o recuo no rendimento médio, já que os salários deles tendem a ser inferiores.

No segundo trimestre de 2020, período em que a Covid-19 causou uma série de restrições à economia, o número de trabalhadores ocupados na construção foi de 5,3 milhões.

Com a alta de 19,6%, o grupo chegou a 6,4 milhões no segundo trimestre de 2021. Ou seja, em um ano, houve acréscimo de cerca de 1 milhão de pessoas, embora o contingente ainda siga em nível inferior ao do pré-crise.

A alta de 19,6%, em termos relativos, é a maior entre as dez atividades contempladas pela Pnad. No sentido

contrário, o rendimento médio habitual dos trabalhadores ocupados na construção caiu, em termos reais, de R\$ 2.087 Para R\$ 1.778 entre o segundo trimestre de 2020 e igual período deste ano.

A marca de R\$ 1.778 é a menor da série histórica, com dados desde 2012. A retração de 14,8% é a maior entre as dez atividades pesquisadas pelo IBGE.

Adriana Beringuy, analista da pesquisa do IBGE, explica que o setor da construção contempla desde o mercado imobiliário e grandes obras de infraestrutura até pequenas reformas em casas e apartamentos.

Ela ressalta que o aumento da população ocupada tem sido acompanhado pelo reingresso de trabalhadores informais no mercado de trabalho, o que acaba reduzindo o rendimento médio.

"Tivemos muitos relatos de pessoas fazendo obras ou pequenas reformas em casa. A construção, de alguma forma, vem conseguindo repor seu quantitativo de trabalhadores. Mas, agora, há um conjunto de trabalhadores com salários mais baixos", diz Adriana.

Os dados da Pnad não chegam a detalhar se os ocupados de cada setor da economia atuam com ou sem carteira assinada ou CNPJ. Mas, em números gerais, é possível medir a retomada de postos informais no Brasil.

Entre o segundo trimestre de 2020 e igual intervalo de 2021, o grupo de empregados sem carteira assinada, na economia como um todo, teve alta de 16% -de 8,6 milhões para 10 milhões de trabalhadores. Nos empregados com carteira (30,2 milhões), houve relativa estabilidade, com variação positiva de 0,1%.

Já o número de trabalhadores por conta própria sem CNPJ, na economia como um todo, teve alta de 17,1% no mesmo período -de 16,3 milhões para 19,1 milhões. Enquanto isso, o grupo por conta própria com CNPJ registrou avanço menor, de 7,3%: passou de 5,4 milhões para 5,8 milhões.

"A gente atribui isso [aumento na população ocupada com queda no rendimento] à informalidade. Os informais sofreram mais quando a pandemia chegou. Agora, estão retomando", analisa a eco -no mista leda

Vasconcelos, da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção).

leda acrescenta que, no mercado formal, a construção também registrou melhora no emprego durante a pandemia. De janeiro a julho deste ano, o setor acumula saldo positivo de 208,3 mil vagas geradas com carteira, conforme os dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério da Economia. O resultado representa a diferença entre contratações e demissões nas empresas do ramo.

Das 10 atividades que aparecem na Pnad, do IBGE, 9 tiveram alta na população ocupada entre o segundo trimestre de 2020 e igual intervalo de 2021. Depois da construção, a segunda maior elevação foi verificada pela agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Nesse setor, a população ocupada subiu 11,8%, passando de 8 milhões para 8,9 milhões.

A única atividade com variação negativa no número de trabalhadores foi administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais. Houve baixa de 1,4%, e o número de ocupados passou de 16,8 milhões para 16,6 milhões.

Quando o assunto é rendimento médio habitual, apenas uma das dez atividades teve variação positiva entre o segundo trimestre de 2020 e igual intervalo de 2021.

Trata-se do setor de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas. O rendimento médio habitual nesse ramo subiu 1%, de R\$ 3.574 para R\$ 3.611.

"No segundo trimestre do ano passado, muita gente ficou desempregada, mas boa parte dos trabalhadores com maior qualificação conseguiu ficar no mercado, o que fez a renda média subir na época. Agora, é o oposto: a renda vai para baixo", frisa o economista Daniel Duque, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

"Com a vacinação contra a Covid-19, a ocupação vai aumentar, mas pressionada por salários menores e **inflação** mais alta. Isso afeta o poder de compra da população. Ainda há um grande contingente de trabalhadores a ser incorporado pelo mercado de trabalho", completa o pesquisador.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

81

Construção nos extremos

Em um ano, setor tem a maior alta no número de ocupados e a queda mais intensa na renda média

População ocupada

Varição no número de trabalhadores entre o 2º tri. 20 e o 2º tri. 21, em %



Rendimento real habitual

Varição na renda média entre o 2º tri. 20 e o 2º tri. 21, em %



Fonte: IBGE

Garantia do FGTS dá impulso a consignado

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

A criação da modalidade de saques anuais de parte do FGTS e o uso desses valores como garantia em empréstimos ajudaram a impulsionar o número de operações consignadas e baratearam o custo do crédito para os trabalhadores, diz a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, em nota técnica antecipada ao Estadão/Broadcast.

No acumulado do ano até julho, a média mensal de concessões de crédito consignado está em R\$ 1,493 bilhão, acima do observado no ano passado (R\$ 1,24 bilhão) e superior ao que era observado em 2014 (R\$ 1,103 bilhão), antes do início das mudanças no mercado desse tipo de crédito.

A taxa de juros das operações de antecipação do chamado "saque-aniversário do FGTS", por sua vez, fica pouco acima de 1% ao mês (1,09% no caso da Caixa), abaixo das taxas médias do consignado privado (2,18%) e do crédito pessoal sem garantias (5,25%).

Nas contas da SPE, considerando um valor médio de financiamento de R\$ 1.248,98 e um prazo de três anos, o custo anual de financiamento seria de R\$ 935 com um crédito pessoal não consignado, R\$ 650 no consignado privado e R\$ 506 na linha com garantia do saque-aniversário.

Desde 2020, os trabalhadores podem optar por fazer retiradas anuais de uma parte de seu saldo no fundo de garantia.

Caso haja interesse de antecipar mais de um ano de saques, os trabalhadores podem contratar operações de crédito consignado com os bancos, a uma taxa de juros mais atrativa.

Para poder acessar essa linha, o trabalhador tem de possuir uma conta vinculada ao FGTS e ser optante da nova sistemática de saques. Desde abril de 2020, quando a medida entrou em vigor, foram feitas 12,7 milhões de operações com valor médio de R\$ 1.248,98.

A Caixa lidera o número de operações nessa modalidade (4,3 milhões) e o valor desembolsado (R\$ 8,86 bilhões). Também têm participação significativa Banco Safra (4,3 milhões de operações, com R\$ 3,7 bilhões emprestados) e o Banco PAN (2,6 milhões de operações e R\$ 1,46 bilhão concedido).

Benefício. O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, ressalta que as condições do empréstimo com garantia no saque-aniversário são melhores do que no consignado para **servidores públicos**, usualmente uma das linhas mais baratas.

"Se você compara o valor que ele paga com o recebível do FGTS com um empréstimo normal, a vantagem é muito grande.

Fomos capazes de criar um mercado de consignado privado com juros menores que o consignado do setor público", afirma Sachsida.

Mesmo que a queda na taxa básica de juros entre 2014 e 2021 também tenha contribuído para a redução do custo do crédito como um todo, o secretário diz que a grande diferença vem da nova oferta da linha de crédito, que permite ao trabalhador migrar de um contrato mais caro para um mais barato.

O presidente do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador (IFGT), Mario Avelino, reconhece os efeitos positivos da medida, mas alerta que os trabalhadores só devem aderir em caso de "real necessidade".

Ele lembra que a adesão ao saque-aniversário não só restringe o resgate do saldo do fundo em caso de demissão sem justa causa, mas ainda implica em uma carência de dois anos para poder retornar à modalidade do saque-rescisão.

"Existe o lado bom e o lado ruim. O lado bom do trabalhador sacando é mais dinheiro no mercado, o crédito mais barato.

O lado ruim é o trabalhador sacar sem necessidade. Recomendo (aderir ao saque-aniversário) somente se estiver em situação de real necessidade, se está enforcado no cheque especial, por exemplo. Se não, dinheiro na mão é vendaval, como diz a música", diz.

Para Avelino, é positivo que a taxa de juros do consignado do saque-aniversário esteja abaixo dos empréstimos desse tipo a aposentados do **INSS**, pois se alinha à qualidade das garantias envolvidas em cada caso. "Se o aposentado que contratou o consignado morrer, o benefício não será mantido.

Mas se o trabalhador morrer, o dinheiro (do FGTS)

está lá", afirma. "O risco é zero para o banco." Além da possibilidade de dar o saque-aniversário como garantia em empréstimo, a nota da SPE cita as mudanças legais que permitiram dar o próprio saldo do FGTS como garantia em operações e a ampliação da margem consignável - o quanto o trabalhador pode comprometer da renda com uma prestação de empréstimo consignável - de 35% para 40% como fatores importantes para ampliar o acesso a crédito mais barato.

I Cautela

"Recomendo (aderir ao saque-aniversário) somente se estiver em situação de real necessidade, se está enforcado no cheque especial, por exemplo.

Se não, dinheiro na mão é vendaval, como diz a música." Mario Avelino PRESIDENTE DO IFGT

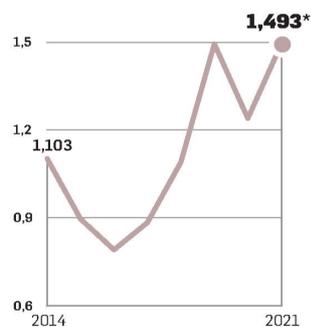
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

ESTÍMULO

● Saque-aniversário contribui para aumento das operações de crédito consignado

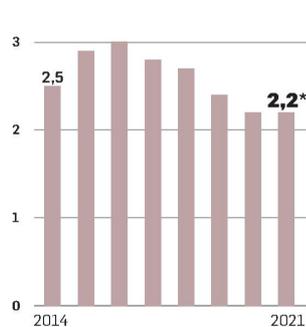
Concessões - média mensal

EM BILHÕES DE REAIS



Taxa média de juros

EM PORCENTAGEM AO MÊS



Custo do financiamento

Em 2021

	TAXA MÉDIA DE JUROS EM PORCENTAGEM AO MÊS	CUSTO ANUAL**
Crédito pessoal não consignado (sem garantias)	5,25	R\$ 935
Crédito consignado setor privado	2,18	R\$ 605
Antecipação saque-aniversário FGTS (Caixa)	1,09	R\$ 506

*ATÉ JULHO; **CONSIDERANDO VALOR MÉDIO DE FINANCIAMENTO DE R\$ 1.248,98 E PRAZO DE TRÊS ANOS

FONTE: SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Os custos do Orçamento 'autorizativo' (Artigo)

Maílson da Nóbrega

O Congresso aprovou, este ano, o que denominei, neste espaço, como o pior Orçamento da História. Provou-se, uma vez mais, o descaso da classe política sobre a matéria. Seu efeito mais nocivo foi o surgimento do "Orçamento secreto", como o Estadão classificou o uso de emendas do relator para privilegiar dotações orçamentárias, sem transparência e sem o cumprimento de normas sobre sua conveniência e justificativa. O objetivo é beneficiar parlamentares aliados.

As emendas do relator constituem uma excrescência institucional, pois permitem que um parlamentar execute a Lei Orçamentária, tarefa que em qualquer país minimamente organizado cabe exclusivamente ao Executivo.

Desde a transferência da família real para o Brasil (1808), vigora aqui a cultura de finanças públicas herdada do patrimonialismo português. Não há compromisso com a racionalidade nem com o desenvolvimento do País. Com as reformas dos anos 1980, abandonamos parte relevante desse atraso institucional. Foram extintas a "conta movimento" do Banco do Brasil, as funções de fomento do Banco Central e o Orçamento Monetário (1986-1988).

Remanesce, infelizmente, a ideia de que o Orçamento é "autorizativo", professada por economistas, por políticos e pela imprensa. Por essa visão, salvo as despesas obrigatórias com pessoal, previdência, educação e saúde, o governo pode executar apenas o que lhe aprovar. Ignora-se a Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso, o que não tem apoio nem histórico, nem nas leis nem na Constituição.

O parágrafo único do artigo 165 da Constituição diz que a Lei Orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa (ênfases minhas).

As despesas são, pois, impositivas. O Orçamento deve ser executado sem cortes.

Caso contrário, o legislador não teria usado dois substantivos distintos.

A partir dos anos 1980, o próprio Congresso começou

a desmoralizar a lógica política do Orçamento, vinculando receitas a despesas. O início foi a emenda constitucional João Calmon, de 1983, que vinculou 13% dos **impostos** federais e 25% dos **impostos** estaduais e municipais a gastos com educação. A Constituição de 1988 ampliou a obrigatoriedade da União para 18%, mantendo a dos governos subnacionais.

Emendas constitucionais posteriores estenderam a medida à saúde.

A vinculação tem inúmeros defeitos. Um deles é o de reduzir incentivos para a boa gestão dos recursos, dado que o seu suprimento é garantido pela Carta Magna. O desperdício torna-se inevitável. Do lado institucional, criam-se prioridades para sempre, insuscetíveis de avaliação periódica de seus méritos. O Congresso perde sua nobre função, qual seja a de definir anualmente as prioridades.

Nenhum país avançado diz que o Orçamento é "autorizativo".

Nos Estados Unidos, que têm uma forte cultura da obrigatoriedade de execução orçamentária, o governo deve, de forma mandatária, fechar parcial ou totalmente operações e agências (shutdown) quando não há verba aprovada pelo Congresso para financiar suas atividades.

Isso porque o Executivo não pode assumir obrigações, mesmo a de pagar funcionários públicos, sem prévia autorização legislativa. No momento em que a dotação se esgota, os funcionários são mandados para casa. Lá, o Orçamento impositivo foi reafirmado pelo Impoundment Act de 1974 após escândalo no governo Nixon. Essa lei proíbe expressamente o contingenciamento de gastos pelo Executivo.

São elevados os custos de tais ajustes. Considere-se um investimento para melhorar o sistema de transportes. As empresas vencedoras da concorrência mobilizam máquinas e recursos humanos, alugam residências nas localidades e tocam as obras, mas podem ser surpreendidas por uma súbita parada nas liberações de recursos, causada por um ajuste sem qualquer aviso prévio. Isso também pode ocorrer em áreas como as de ciência e tecnologia, defesa e segurança pública - para citar as mais relevantes.

Os contratos são descumpridos por cortes unilaterais de gastos pelo Tesouro Nacional.

Nos países onde o assunto é levado a sério, os cortes de despesas precisam ser autorizados pelo Parlamento. É assim nas nações desenvolvidas.

Foi o que ocorreu em 2009 durante as crises que atingiram a Grécia, a Irlanda e Portugal. Acordos com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário estavam associados a austeridade fiscal e, assim, a redução de gastos. Esse processo é mais complexo e difícil, mas o ajuste é legítimo e menos danoso do que os realizados no Brasil.

A interpretação de que o Orçamento é "autorizativo" é uma das graves distorções do processo orçamentário brasileiro, que permanecem por sua conveniência e comodidade para os gestores das finanças públicas, apoiados, incrivelmente, pelo próprio Congresso.

Ideias se tornam realidade quando seu tempo chega. Ainda não parece ser o caso do Orçamento impositivo, mas é preciso começar a pugnar por essa desejável realidade.

Maílson da Nóbrega, EX-MINISTRO DA FAZENDA, É SÓCIO DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

União economiza R\$ 8 bi com acordos em processos judiciais

Edna Simão e Luís a Martins De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018

Fim do Doing Business deixa Brasil na pior posição

Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018?page=1§ion=1

Negacionismo no setor elétrico (Artigo)

Roberto Pereira D'Araujo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018?page=1§ion=1

Contribuinte vence disputa de R\$ 65 bi

Joice Bacelo e Beatriz Olivon Do Rio e De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018

As democracias de mercado tem limites - ROBERTO BRANT

ROBERTO BRANT

Nas democracias modernas, os mercados financeiros passaram a dividir o poder com as instituições de representação política na maioria das questões de política econômica. A voz desses mercados chega mesmo a prevalecer, com a ajuda generosa da imprensa, que costuma ecoar sem espírito crítico a visão particular do mundo dos investidores nas questões mais importantes.

A financeirização das economias modernas tem muito a ver com a instabilidade crônica das economias e com o declínio do sentimento democrático em muitos países. As populações mais conscientes, cuja opinião é vital para a ordem democrática, percebem que o Estado cede espaço de decisões estratégicas para o mercado. A consequência tem sido a produção cada vez menor de bens públicos e o aumento da desigualdade e da concentração da riqueza. Isso certamente tem limites.

A ideia subjacente é que o nível de atividade econômica depende da confiança dos investidores e que o papel da política econômica é assegurar um ambiente amigável para os negócios. Se deixadas ao arbítrio dos políticos, as decisões econômicas tenderiam a provocar desequilíbrios e distúrbios de toda a ordem, **inflação**, deficits e endividamento excessivo. Em vez de democracia representativa, caminhamos para a democracia dos mercados.

A associação entre os interesses desses mercados com uma ciência econômica sensível à influência política ou ideológica tem produzido um consenso dominante, que retirou da agenda dos governos os temas do crescimento e da desigualdade. O Brasil tornou-se um caso exemplar desse fenômeno político.

O foco da política econômica do governo brasileiro tem sido a busca da estabilidade a qualquer custo, mesmo com prejuízo para o emprego e o crescimento. Nosso país vive num regime de estagnação que está se tornando crônico.

Após a rápida recuperação deste ano, já em 2022 vamos retornar a um crescimento em torno de 1,5%, que, segundo o mercado, é o limite de nossas possibilidades. Ainda assim, a política oficial continua sendo a elevação dos juros e a restrição aos gastos de

investimento do governo. Desse jeito, vamos eternizar a estagnação e o atraso.

O autor de um livro monumental sobre a crise financeira de 2008, Adam Tooze, numa entrevista ao The New York Times há poucos dias, nos lembrou que os economistas do mercado vivem projetando grandes crises provocadas pelo descontrole das finanças públicas e vêm se equivocando sempre nos últimos 20 anos. Diz ele que não podemos esquecer que o maior choque destas duas décadas foi justamente a crise bancária de 2008, que não foi criada pelos governos, e sim pelo setor financeiro privado. A ironia é que foram os gastos dos governos e dos bancos centrais que vieram em socorro do mercado financeiro para evitar que ele desmoronasse. Mesmo assim, o Estado continua sendo o vilão!

Ficar esperando pela ação virtuosa dos mercados financeiros para reativar a economia, e acelerar o crescimento, é o mesmo que acreditar em contos de fadas. Estado e iniciativa privada são complementares em qualquer processo de crescimento, mas mercado financeiro e setor privado da economia não são sinônimos, e nem podem ser confundidos. O que é preciso é dar atenção ao que dizem os setores reais da economia - a indústria, o comércio, a mineração e a agricultura - se quisermos nos desenvolver.

Na última semana, em um movimento que vai deprimir mais ainda nossa economia, o Banco Central voltou a elevar a taxa básica de juros em 1 ponto percentual, para 6,25% ao ano. É verdade que a **inflação** está alta, mas, de modo algum, os preços estão pressionados por excesso de demanda. A pressão vem pelo lado da oferta e a alta dos juros não é remédio para o problema que, de qualquer maneira, é visivelmente transitório. Mais uma vez a voz do mercado financeiro foi atendida e já antecipou os aumentos que deseja nos próximos meses. Será novamente atendida.

O governo e o mercado querem a estabilidade a qualquer custo. A população, se fosse ouvida, preferiria o crescimento, mesmo que ele tenha seu preço.

Paz bolsonarista gera receios



» Luana Patriolino» Raphael Felice

O Poder Judiciário ainda não está convencido de que o país não viverá, novamente, um novo período de ataques ao Estado Democrático de Direito, como aconteceu nas semanas que precederam e durante as manifestações do 7 de Setembro. Depois de discursos inflamados e críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente Jair Bolsonaro baixou a guarda e vem adotando uma postura mais branda nos recentes discursos. No entanto, a mudança repentina de comportamento não é suficiente para afastar a desconfiança.

Especialistas ouvidos pelo Correio consideram que as demonstrações de boa vontade podem ser um recuo repentino e devido a uma reunião de fatores que desembocaram na baixa popularidade apontada pelas pesquisas de opinião - provocada não apenas pela postura belicosa em relação às demais instituições de Estado, mas também por problemas concretos como **inflação** e juros em rota ascendente, crise hídrica sem um plano concreto para enfrentá-la e entraves na vacinação que reduziu as mortes e casos de covid-19.

Na avaliação do cientista político Leonardo Queiroz

Leite, doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), a radicalização do atual governo é a principal responsável pela instabilidade entre os Poderes. "A Justiça prendeu muita gente e investigou em outros governos. Mas não víamos essa agressividade. Isso cria um desgaste desnecessário e uma tensão. Fica mais nítido no caso do Supremo, por ser a última instância e fortemente politizado", ressalta.

Para o advogado constitucionalista e cientista político Nauê Bernardo de Azevedo, o bolsonarismo ainda vai demorar a acabar. "É um longo processo de radicalização da exclusão do outro, de incapacidade de lidar com o contrário, de impossibilidade de debater com tranquilidade e honestidade os assuntos mais sérios. Isso não é exclusivo apenas do bolsonarismo, apesar de ser mais pulsante nesta ala da população", avalia.

A maioria dos ministros do STF expressou publicamente a indignação diante dos ataques e movimentos autoritários. No Superior Tribunal de Justiça (STJ), porém, há muito apoio ao governo Bolsonaro. Nauê Bernardo explica como essa politização dos tribunais pode atrapalhar o trabalho da Justiça.

"Da mesma forma que existe muita divisão nos tribunais, há também um senso legalista ainda em vigor. Vide, por exemplo, o STJ concedendo medidas judiciais para trancar inquéritos policiais movidos contra pessoas com opiniões críticas ao governo", destaca.

Apesar de possuir apoio de parte do STJ, institucionalmente o tribunal manteve a mesma posição do STF. Ao Correio, o STF reafirmou que "se pronunciou em nome do Poder Judiciário e dos magistrados brasileiros. Os poderes da República são autônomos, independentes e harmônicos entre si, nos termos da Constituição Federal".

O jurista Marco Aurélio Carvalho aponta que, neste caso, uma das saídas para que STF se proteja de novos ataques seria uma requisição ao procurador-geral da República, Augusto Aras, para a instauração de um procedimento administrativo a fim de apurar a conduta do presidente. "Pode, inclusive, ser tipificada como crime de responsabilidade e abre-se, portanto, o início do chamado processo de impeachment", afirma.

Para Carvalho, a nova postura de Bolsonaro não é

suficiente para apagar o comportamento no período precedente ao 7 de Setembro. "Não podemos passar a mensagem de que atentado à Constituição, a rigidez das instituições e a harmonia dos Poderes podem ser relativizados. Ao contrário: eles formam precedentes para que novos ataques possam ser feitos", diz.

Investigações

Mesmo com o esfriamento da temperatura que subia, Bolsonaro ainda deve enfrentar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A Corte não desistiu de tocar as ações contra o presidente, que podem resultar em cassação - ele é investigado em um inquérito que apura a disseminação de fake news.

O pedido é baseado nos constantes ataques, sem provas, feitos por Bolsonaro às urnas eletrônicas e ao sistema eleitoral do país. Crítico do sistema eletrônico de votação, o presidente há mais de dois anos afirma que houve fraude nas eleições de 2018 - que, segundo ele, teriam lhe dado a vitória sobre Fernando Haddad no primeiro turno da corrida presidencial. Porém, jamais apresentou provas disso. Agora, já elogia o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, que incluiu as Forças Armadas na fiscalização das urnas.

Outro fator que pode ter peso na moderação de Bolsonaro é um dos principais alvos de ataque do presidente e seus aliados e apoiadores: Alexandre de Moraes. O ministro estará à frente do TSE em 2022, ano das eleições presidenciais, e, por isso, seria estratégico não ter problemas com ele.

O cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília (UnB), explica que Moraes pode pautar a inelegibilidade do presidente. "O TSE pode declarar Bolsonaro inelegível. O pior para Bolsonaro são as constantes ofensas a Alexandre de Moraes, justamente quem irá presidir o TSE em 2022", diz.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que prioriza a votação de muitas das pautas do governo e levou ao Plenário da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 135/19, do voto impresso, criticou Bolsonaro pela insistência no assunto, mesmo após a derrota pelo conjunto dos deputados - e pediu respeito entre os Poderes. O vice-presidente da Casa, Marcelo Ramos (PSD-AM), chegou a dizer que o impeachment do presidente era "inevitável" após os ataques realizados pelo chefe do Planalto.

Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), também defendeu diálogo respeitoso entre Legislativo, Executivo e Judiciário, e afirmou que a política feita com "agressividade" e "desrespeito" era um caminho "nefasto" e "sem volta".

Três perguntas para

Ministra Delaíde Miranda Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

Palavras não correspondem aos atos

Apesar de na carta pós-7 de Setembro Jair Bolsonaro ter levantado bandeira branca, a trégua com o Poder Judiciário é vista com desconfiança por alguns dos seus setores. De acordo com a ministra Delaíde Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), as palavras do presidente da República não correspondem aos seus atos. Na semana passada, na abertura da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a expectativa era de que Bolsonaro fizesse um discurso amplo, sinalizando para o público externo e para toda a sociedade brasileira. Mas o que se viu foi um aceno à base, com temas que mobilizam seus mais fieis apoiadores. Por causa de gestos assim, a ministra recomenda cautela, sobretudo porque é o Estado Democrático de Direito que está em risco.

Vimos o Judiciário ser atacado pelo Executivo e por apoiadores do governo. Qual é o risco dessa postura para as instituições?

O maior risco é para a democracia e o Estado de Direito, conquistados pelos brasileiros com muita luta, ao alto custo de muitas vidas e de resistência à ditadura militar, por mais de 20 anos em nosso país. Até o atual chefe do Poder Executivo assumir o poder, a Nação vinha evoluindo rumo à consolidação da democracia. Contudo, o que estamos assistindo agora é a prática crescente e reiterada de violações a garantias e preceitos democráticos, com sérios riscos à Nação e ao povo.

O presidente, agora, afirma que quer harmonia entre os Poderes. A senhora acredita que isso é o suficiente para resolver a crise entre as instituições?

A afirmação do presidente Jair Bolsonaro sobre o restabelecimento da harmonia entre os Poderes precisa ser vista com cautela. As práticas, em passado recente de críticas ao Judiciário e a seus integrantes; de críticas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a seu presidente (ministro Luís Roberto Barroso), bem como práticas que tem adotado em outras áreas - como na saúde ou no meio ambiente -, não avalizam as "intenções e atitudes" manifestadas de público. As crises se acirram - política, econômica e sanitária -, as denúncias de atos de desrespeito à Constituição praticados pelo chefe do Executivo e por integrantes de sua equipe crescem. Tem, ainda, o negacionismo quanto à covid-19, que vem sendo demonstrado que contribuiu para a morte de mais de meio milhão de pessoas no Brasil. Avalio esse momento como

preocupante.

O Judiciário tem um papel fundamental na sociedade. Como manter a união deste Poder?

O Judiciário vem cumprindo esse papel conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. Quando se fala em união, não se pode exigir união tão somente por parte do Judiciário. Não pode ser uma exigência do Executivo a todo preço, mas precisa ser decorrência do respeito e da independência que a Constituição assegura aos Poderes da República, e que o Estado Democrático de Direito exige. Manter a união do Judiciário com o Executivo será consequência e decorrência natural do respeito à Constituição e aos preceitos federativos que balizam a democracia. E garantem o Estado de Direito por parte do Executivo e de seu mandatário.

Um acordo para avançar (Editorial)

O anúncio de um acordo entre o Congresso e o Ministério da Economia para equacionar o pagamento dos precatórios da União no ano que vem de forma a permitir o aumento do Auxílio Brasil, sem que se ultrapasse o teto de gastos, mostra um caminho para a relação entre os Três Poderes e abre as portas para que se possa viabilizar, com urgência, o aumento da renda dos brasileiros mais necessitados. A proposta ainda precisa de aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado e o que se espera é que prevaleça o bom senso e a boa política diante das necessidades do país.

Com a perspectiva de conciliar a obrigatoriedade de pagamento dos precatórios, a importância de um programa social forte e o respeito ao teto de gastos, o que se propõe é que, dos R\$ 89 bilhões que devem ser pagos no ano que vem, uma parcela de R\$ 39 bilhões será quitada obrigatoriamente pela União e os outros R\$ 50 bilhões deverão ser negociados entre credores e governo federal para acerto ainda em 2022 ou postergação para 2023. Empurra o problema para o próximo mandato ou governo, mas é a solução possível para o problema imediato. Para evitar esse adiamento, a outra opção é excluir os R\$ 89 bilhões do teto de gastos, alternativa hoje mais distante.

Há o risco de que a questão seja judicializada, uma vez que há obrigatoriedade de pagamento dos precatórios, mas uma mudança de consenso e por meio de emenda à Constituição pode permitir a negociação desses créditos, por meio de encontro de contas no caso de estados e municípios, compensações e negociação entre as partes para credores comerciais e cidadãos. Havendo a negociação, mesmo com o mérito transitado e julgado, vale a máxima dos advogados de que é melhor um péssimo acordo do que uma demanda.

O que se espera é que essa promessa de negociação não fique apenas no papel e que governo e Legislativo criem uma força-tarefa para negociação de ativos da União em troca de quitação de créditos dentro dos R\$ 50 bilhões, assim como o encontro de contas nos créditos dos entes federados. Outro aspecto importante do acordo dos precatórios é que se dá preferência, dentro dos R\$ 39 bilhões que serão pagos, aos credores com menor valor a receber, o que amplia o número de empresas e pessoas que receberão.

E aqui entra outro ponto: é um dinheiro que reforçará o orçamento de famílias num momento em que o poder

de compra é afetado fortemente por uma **inflação** que já ultrapassa a casa dos dois dígitos em 12 meses, como mostra o IPCA-15 de 10,05% de agosto de 2020 a setembro deste ano. Só este mês, o indicador prévio da **inflação** oficial teve alta de 1,14%, a maior em 27 anos para setembro, conforme informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com a **inflação** galopante dizimando o poder de compra dos brasileiros mais pobres e o país convivendo com 19 milhões de pessoas passando fome, o mínimo que se deve esperar é que questões menores não inviabilizem um acordo que permitirá pagamento do Auxílio Brasil, cujo valor será fixado no Orçamento de 2022) para 14,5 milhões de famílias que hoje recebem o BolsaFamília de até R\$ 205 e/ou o auxílio emergencial, em média de R\$ 250.

O novo programa social deve ter valor de R\$ 300, como vem afirmando o ministro da Economia, Paulo Guedes. É pouco diante da escalada dos preços, principalmente dos alimentos, mas é com esse dinheiro que os brasileiros têm conseguido sobreviver enquanto a pandemia não é totalmente dissipada e a economia não acelera de maneira mais vigorosa de forma a gerar empregos. Depois da pandemia, o Brasil tem que combater a miséria e, para isso, é preciso haver dinheiro no Orçamento.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Um acordo para avançar

A desnecessária criação de mais um TRF (Editorial)

A toque de caixa, o Senado aprovou a criação de um novo Tribunal Regional Federal (TRF), para atender basicamente o Estado de Minas Gerais. Com isso, a segunda instância da Justiça Federal passa de cinco para seis tribunais. Como o projeto já foi aprovado em agosto pela Câmara, ele só depende de sanção do presidente da República.

Atualmente, a Justiça Federal mineira está vinculada ao Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, sediado no Distrito Federal.

A polêmica em torno da criação do TRF-6 não é nova. Ela começou em 2001, quando um grupo de senadores apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para aumentar o número de TRFs. Como carecia de fundamentação técnica, a PEC sofreu forte oposição do Supremo Tribunal Federal (STF), cujos ministros consideravam desnecessárias novas cortes de segunda instância para a Justiça Federal. A PEC também foi questionada pela Associação Nacional dos Procuradores Federais, tendo sido acolhida em caráter liminar pelo presidente do STF na época, ministro Joaquim Barbosa.

Além disso, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) considerou irrealistas os valores previstos para o custeio de novos TRFs e afirmou que só a criação de um deles já exigiria um significativo aumento no orçamento da Justiça Federal, num período de crise fiscal.

Como o caso até hoje não foi julgado pelo plenário do STF, magistrados e políticos de Minas Gerais lançaram uma nova ofensiva. Há dois anos, o líder oficioso do grupo, ministro João Otávio de Noronha, que também é mineiro, valeu-se de suas prerrogativas como presidente do Superior Tribunal de Justiça e enviou para a Câmara o Projeto de Lei 5.919, que passou a tramitar em regime de urgência, sob a justificativa de que a criação do TRF-6 é "matéria de inadiável interesse nacional".

Ao justificar sua pretensão, políticos e juízes mineiros afirmaram que a nova corte é "essencial" para Minas Gerais, pois o Estado responde por 30% dos processos que tramitam no TRF-1. Também alegaram que o TRF-6 não aumentará as despesas no Orçamento da União, uma vez que a Justiça Federal remanejará recursos dos demais cinco TRFs para

financiar a instalação na nova corte. E lembraram, ainda, que não haverá necessidade de criação de novos cargos de servidores, pois a nova corte contará com o remanejamento de servidores do TRF-1.

Esses argumentos, porém, não são convincentes. Por um lado, economistas especializados em finanças públicas afirmam que, em plena pandemia, não faz sentido recolocar açodadamente na ordem do dia um projeto de lei que, além de não ser prioritário, também é - a exemplo da PEC - desprovido de fundamentos técnicos.

Também lembram que, se o presidente da República não vetar o Projeto de Lei 5.919, políticos e magistrados de outros Estados seguirão a trilha aberta por seus colegas mineiros.

Basta ver que, durante a votação desse projeto, as bancadas da Bahia e de Sergipe tentaram, por meio de uma emenda ao Projeto de Lei 5.919, acrescentar a criação de um TRF-7, com jurisdição nesses dois Estados.

Por outro lado, juristas afirmam que a criação de mais uma corte de segunda instância na Justiça Federal é um retrocesso, pois colide com o espírito da Emenda Constitucional (EC) n.º 45. Essa emenda promoveu a reforma do Judiciário brasileiro que, apesar de consumir 2% do **PIB**, cerca de quatro vezes mais do que a média dos países da OCDE, sempre teve um desempenho pífio.

Entre outras inovações, a EC 45 criou medidas processuais para encerrar os conflitos de massa ainda na primeira instância da Justiça. Uma delas é súmula impeditiva de recursos.

Ao valorizar a aplicação dos precedentes relativos às demandas judiciais mais recorrentes, ela torna desnecessária a subida desses processos para a segunda instância.

Infelizmente, ao insistir na criação de mais um TRF, o Judiciário mostrou mais uma vez, num momento em que o País atravessa a mais grave crise de saúde pública de sua história, o quão desconectado está da realidade econômica e social do País.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mil dias da gestão Bolsonaro explicam a sua reprovação



Grandes momentos. Mil dias tiveram reunião com coliga de tucel e chinelo, discurso na porta de quartel, cema com emba no Alvorado, festas, motocicletas e pizza na coligada em Nova York

Marcelo de Moraes

Nesta segunda-feira, Jair Bolsonaro completa mil dias de seu governo sem ter o que celebrar.

Desgastado, tem perdido cada vez mais capital político por causa de uma mistura de problemas, como as quase 600 mil mortes na pandemia do coronavírus, a disparada da **inflação**, o desemprego e suas sucessivas ameaças à democracia.

Pesquisa divulgada na quarta-feira pelo IPEC mostra que sua avaliação negativa já supera a metade dos brasileiros, com 53%, sendo que 42% o consideram péssimo e 11% o acham ruim.

A fragilidade política apresentada por Bolsonaro nessa data simbólica coloca em xeque seu projeto de reeleição no próximo ano. Até porque sua sustentação política no Congresso depende da boa vontade de um cada vez mais arisco Centrão. E, mesmo assim, graças à força de uma farta liberação de recursos no esquema do orçamento secreto.

Além disso, forças importantes que ajudaram sua vitória em 2018, como agronegócio e evangélicos, já não escondem sua insatisfação com o governo. Desses pilares centrais de apoio, apenas militares e policiais seguem fechados com o presidente.

Para agravar ainda mais o quadro, há pelo menos mais uma crise à vista. A CPI da Covid deve ter seu relatório final apresentado nos próximos dias. E o relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), já deixou clara a decisão de apontar que Bolsonaro e outros integrantes do governo cometeram crime de responsabilidade no processo de condução do combate ao coronavírus.

Na economia, quando se esperava que o País

retomasse o crescimento pós-pandemia, as dificuldades enfrentadas pelo governo fizeram com que as previsões fossem revisadas para baixo: elas agora apontam uma estimativa de crescimento do **PIB** até abaixo de 1% para 2022. No início do mês, a expectativa do Boletim Focus era de uma alta de 1,8% para esse índice.

Os números da **inflação** e de desemprego também dispararam.

O índice de **inflação** exibe uma alta de 9,68% em 12 meses até agosto. Já a Pnad Contínua, que registra o movimento da economia informal, mostra 14,8 milhões de desempregados até o meio do ano.

"A crise pandêmica trouxe dificuldades não previstas para a política econômica. Ainda assim, o governo deixa a desejar nos resultados apresentados", diz o economista Felipe Salto, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão do Senado.

"Em 2022, tudo indica que cresceremos abaixo do potencial.

A **inflação** está elevada, o que requer juros mais altos, com impactos significativos sobre a dívida pública. Do ponto de vista estrutural, pouca coisa aconteceu, desde a aprovação da reforma da Previdência, para ajudar a melhorar as perspectivas para as contas públicas, ampliar a capacidade de investimentos em infraestrutura ou mesmo avançar na agenda da produtividade, inclusive no tópico abertura comercial", avalia.

No agronegócio, que ainda reúne um grupo importante de apoiadores de Bolsonaro, o cenário já vai se desenhando com menos otimismo. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) também reviu sua previsão de crescimento para o setor.

A projeção para o **PIB** do setor agropecuário era de crescer 1,7% este ano. Mas a redução na produção de milho e problemas na produção de leite puxaram essa conta para baixo, e o IPEA baixou sua estimativa para um aumento de 1,2% este ano.

Erros. O mau momento enfrentado por Bolsonaro nos seus mil dias de governo também precisa ser entendido no contexto da sequência de erros

estratégicos que vêm lhe custando perda de credibilidade.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ele quis dar uma demonstração de força popular com manifestações no dia 7 de setembro pelo País. Juntou bastante gente nos atos de São Paulo e de Brasília. Mas seu discurso, com ameaças à democracia e às instituições, como o Supremo Tribunal Federal, gerou um enorme efeito negativo.

Representantes dos outros Poderes reagiram fortemente e o mercado se assustou com o risco da instabilidade política.

Pressionado, o presidente acabou sendo obrigado a recuar, apelando ao ex-presidente Michel **Temer** para redigir uma Carta à Nação, na qual foi obrigado a dar vários passos atrás.

Outro erro foi dar pouca atenção à condução de uma agenda de propostas no Congresso que facilitassem a retomada do crescimento econômico. Após a aprovação da reforma previdenciária, no primeiro ano de governo - impulsionada em grande parte pelo interesse do Parlamento -, a discussão de outras reformas, como a tributária e a administrativa, se tornou cada vez confusa e com dificuldade de produção de consensos.

"Mil dias de governo mostram que o presidente, diferentemente do que alguns torceram, acreditaram ou foram enganados, não mudou. Ele foi um parlamentar que nunca produziu nada, com uma atuação sempre de destruição, ataque, de defesa da ditadura, de agressão àqueles que defendem as minorias. E no governo não tem sido diferente", diz o expresidente da Câmara Rodrigo Maia, figura central na aprovação da reforma da Previdência.

"É um governo que nada constrói. O que se conseguiu foi o Parlamento que construiu.

É um governo que destrói, que ataca, que dissemina o ódio, que tenta destruir as instituições e a própria estrutura de Estado que foi construída. Dou como exemplo o controle das queimadas nas nossas florestas.

Todos os institutos e as estruturas criadas para controlar o meio ambiente foram sendo destruídos. Então, ele não mudou.

Continua sendo um predador.

Como parlamentar, a atuação era de destruir. E como governo continua querendo destruir o próprio Estado e o governo por dentro."

Grandes empresas pedem, em carta, protagonismo do Brasil na agenda verde



Queimada na Amazônia. A devastação da floresta está no topo da cobrança de investidores estrangeiros ao governo

● Posição

“Se não participarmos disso ativamente, seremos cobrados por clientes, fornecedores e diferentes ‘stakeholders’”

Tito Martins

PRESIDENTE
DA NEXA



Mônica Ciarelli Bruno Villas Boas / RIO / CÉLIA FROUFE

Em meio à desconfiança global em relação à gestão ambiental brasileira por parte do governo, os empresários voltam a se posicionar sobre o tema. Presidentes de 107 grandes empresas nacionais e estrangeiras e de dez entidades setoriais assinaram uma carta defendendo objetivos climáticos ambiciosos e o protagonismo do País nas negociações do clima. Antecipado com exclusividade pelo Estadão/Broadcast, o documento será apresentado ao governo brasileiro e levado para a conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, a COP26, marcada para novembro, em Glasgow, na Escócia.

O tamanho das empresas que subscrevem o

documento é um indicativo da importância que a questão ambiental tem para a economia brasileira. Apenas as 46 empresas desse grupo que têm capital aberto somam quase R\$ 1 trilhão em faturamento.

Assinam o documento CEOs como Octavio de Lazari Júnior (Bradesco), Lorival Luz (BRF), Marc Reichardt (Bayer), Daniel Klabin (Klabin), Fabio Faccio (Renner), Marcelo Melchior (Nestlé), André Lopes de Araújo (Shell), Daniel Mazini (Amazon), Christian Gebara (Vivo), João Paulo Ferreira (Natura) e Marcelo Araujo (Ipiranga).

Chamada de "Empresários pelo Clima", a iniciativa liderada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) ocorre em meio a uma série de movimentos do setor privado para se blindar do posicionamento ambiental do governo de Jair Bolsonaro. Diante de ameaças, por parte dos estrangeiros, de retirada de investimentos e boicote aos produtos brasileiros, lideranças empresariais têm manifestado publicamente preocupação com o desmatamento e cobrado medidas.

"Objetivos climáticos ambiciosos correspondem à nossa convicção de que o Brasil deve buscar o protagonismo nas negociações de clima. Esse é o papel compatível com a nossa tradição de integridade climática", afirma um trecho da carta. "O Brasil deve manter a sua centralidade nesse diálogo, sob pena do enorme prejuízo ao setor produtivo e à sociedade brasileira." A presidente do CEBDS, Marina Gross, que foi negociadora em conferências sobre o clima no fim dos anos 90, explica que o conselho tem alertado internamente ao governo sobre como seu posicionamento tira recursos das empresas. "Na carta, estamos dizendo ao governo: "por favor, avance, pois nós vamos dar a retaguarda". Para fora do Brasil, estamos mostrando que o País tem grandes empresas e instituições, com um peso grande do PIB, fazendo a coisa certa." Baixo carbono. No documento, empresários defendem medidas para uma economia de baixo carbono e assumem responsabilidades.

Eles lideram empresas que adotam medidas para redução e compensação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), precificação interna de carbono, descarbonização das operações.

Os executivos pedem um arcabouço político-

regulatório que apoie essa trajetória, com "ações eficazes para o fim do desmatamento ilegal e a conservação do meio ambiente".

O Brasil emitiu, em 2019, 2,1 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (Gt- CO2e), sendo que 44% dessas emissões foram decorrentes do desmatamento. Marina explica que 98% desse desmatamento no País é ilegal. "O desmatamento ilegal é o nosso elefante na sala, que acontece sobretudo no bioma da Amazônia, e isso tem de acabar. Isso não traz desenvolvimento", afirma.

Em recente discurso na Assembleia- Geral da ONU, em Nova York, Bolsonaro divulgou, porém, dados imprecisos sobre meio ambiente e a Amazônia, o que prejudica ainda mais a imagem do País no exterior.

Tito Martins, presidente da mineradora Nexa (ex-Votorantim Metais), é um dos executivos que assinaram a carta. Segundo ele, o documento reafirma que o setor econômico apoia a necessidade de olhar a questão da Amazônia e da emissão de carbono de forma séria e prática. "Se não participarmos disso ativamente, seremos cobrados por clientes, fornecedores e diferentes "stakeholders".

E vamos perder, do ponto de vista de negócio e econômico", afirma o executivo.

Denise Hills, diretora de sustentabilidade de Natura, diz que estar alinhada com a agenda global e fazer esforços para endereçar a emergência climática é, além de uma obrigação moral, um imperativo econômico.

"Os ganhos para o Brasil, entretanto, não serão só em termos financeiros, mas também socioambientais e reputacional".

Glaucimar Peticov, diretora executiva do Bradesco, acrescenta que a carta reforça a "importância do comprometimento mais amplo da sociedade e de uma ação conjunta em prol de objetivos climáticos ambiciosos".

Marina entregou a carta, ainda sem as assinaturas, para o presidente da COP26, Alok Sharma, durante visita ao Brasil, realizada em agosto. Os organizadores tentam apresentar o documento ao governo brasileiro.

Há pedidos de encontro com o ministro das Relações Exteriores Carlos França e os ministros Joaquim Leite (Meio Ambiente), Paulo Guedes (Economia) e Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

Marina diz que tem recebido sinalizações positivas para o encontro.

-

Governo prepara plano para levar à COP26

Os primeiros detalhes do plano de neutralidade climática brasileiro para 2050 serão apresentados ao público antes da COP26, marcada para ocorrer em novembro, em Glasgow (Escócia), segundo o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite.

Pressionado pela comunidade internacional, em abril, durante a Cúpula de Líderes sobre o Clima organizada pelo presidente americano Joe Biden, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro antecipou em 10 anos o prazo para neutralizar as emissões de gases de efeito estufa pelo País.

A meta anterior era 2060. Apesar de o empenho ter sido bem recebido, havia uma série de dúvidas sobre como o governo doméstico trabalharia nessa direção, já que as medidas que serão adotadas para tal até agora não foram reveladas. Segundo Leite, o principal compromisso do momento é com o desmatamento, um dos pontos que mais chama a atenção da comunidade internacional, principalmente da Amazônia.

O plano é elaborado por um grupo de trabalho interministerial.

O ministro disse que novidades serão divulgadas "nos próximos dias". "Será uma direção em relação às atividades que deverão ser monitoradas para atingir a meta de 37% até 2025; de 43%, até 2030 e de neutralidade em 2050."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dúvidas sobre China derrubam a Vale



MARCOS ARAUJO/ISTOCKPHOTO.COM
Desaceleração. Preço do minério de ferro, que chegou até a ultrapassar os US\$ 200 a tonelada, caiu agora para US\$ 118

Jenne Andrade Rebeca Soares

50% DA RECEITA DA VALE NO SEGUNDO TRIMESTRE VEIO DA CHINA

Depois de atingir níveis recordes em maio, o preço da tonelada do minério de ferro levou um tombo e chacoalhou a Bolsa de Valores brasileira nos últimos meses. Na última semana, bancos estrangeiros como HSBC, UBS e Bank of America rebaixaram a recomendação das ações da Vale de compra para venda ou neutro, de olho nas quedas expressivas nos preços do minério de ferro negociado em Qingdao, na China. Somente entre agosto e setembro, o preço da commodity cedeu 34,7%, passando de US\$ 181,2 para os atuais US\$ 118,3.

No mesmo período, os papéis da Vale minguaram 21,27%, saindo dos R\$ 98,6 para o patamar de R\$ 77,6, nas mínimas do ano, segundo dados da Economática Brasil. Para o investidor que viu as ações deslançarem em 2020, com mais de 50% de valorização, a correção de preços foi uma surpresa desagradável.

O motivo por trás das quedas de preços do minério também passou a preocupar. Em uma tentativa de controlar a **inflação** e diminuir o impacto ambiental da produção de aço, a China impôs sérias restrições à produção do metal no país. Medidas como o fechamento de fábricas e a imposição de tarifas sobre a exportação de aço resultaram na diminuição brusca de demanda pelo minério de ferro, insumo usado para fabricar o aço.

A China é um dos maiores importadores de minério de ferro e um dos maiores exportadores de aço do mundo, com poder de influenciar nos preços. Paralelamente, uma crise na Evergrande, uma gigantesca incorporadora chinesa, despertou desconfiança sobre o modelo de crescimento econômico do país.

Durante décadas, o investimento no mercado

imobiliário foi um dos principais motores do crescimento chinês e alimentou a demanda pelo minério de ferro, usado em projetos de infraestrutura.

Para acelerar a retomada econômica pós-covid, a estratégia não foi diferente. Contudo, a alta alavancagem da incorporadora, que acumula dívidas de US\$ 300 bilhões, acendeu o sinal amarelo sobre uma possível bolha imobiliária se e fez o mercado **temer** "um novo Lehman Brothers", banco que virou símbolo da crise financeira de 2008 com sua quebra.

Com a possível crise na construção civil chinesa, a tendência é que a demanda por minério de ferro desacelere. Nesse contexto, o desempenho dos papéis da Vale pode ser estruturalmente afetado. Para Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, apesar de a mineradora ter bom desempenho nas finanças internas e na gestão corporativa, a influência do cenário macroeconômico, especialmente sobre a economia chinesa, pode ser um impasse. "Temos de separar a parte micro da parte macro. Não temos a menor dúvida quanto à parte financeira da Vale. E o maior expoente disso são os dividendos divulgados nas últimas semanas", diz.

Em 16 de setembro, a companhia anunciou o pagamento de R\$ 8,10 em dividendos por ação. Porém, uma semana depois, a mineradora fez um reajuste para cima e elevou o pagamento para R\$ 8,19, em razão de uma mudança do número de ações da companhia em circulação.

Contudo, o histórico de boa pagadora de dividendos não ameniza as preocupações em torno da desaceleração da China.

"Mais de 50% da receita do segundo trimestre da Vale veio diretamente da China, ou seja, é muito difícil separar o desempenho do papel na B3 da performance econômica do país asiático", destaca Arbetman.

Nicolas Merola, analista de ações e fundos da Inversa, avalia que, caso os estoques chineses de minério cheguem a níveis muito baixos, em razão da interferência do governo chinês, a cotação da commodity pode ir para patamares mais próximos de US\$ 130 por tonelada - o que manteria a competitividade da Vale.

Se a correlação entre Vale e China é inquestionável, as visões sobre a extensão dos efeitos de uma

desaceleração da economia chinesa nas ações são divergentes.

O analista Regis Chinchila, da Terra Investimentos, aponta que o cenário de crescimento do país asiático, estimulado pelo crédito, deve ser retomado.

"Ainda há uma expectativa de forte geração de caixa (da Vale) com demanda de metais nos países desenvolvidos e resultados sólidos com a ajuda de volumes fortes de vendas", afirma.

Já para Roberto Nemr, analista da Ohmresearch, a certeza é que dificilmente os investidores verão outra disparada nos papéis como ocorreu na virada de 2020 para 2021. "É um bom investimento para quem quer receber dividendos regulares, mas não para quem quer um crescimento extraordinário de capital", afirma Nemr.

A Ágora Investimentos também mantém recomendação de compra. A casa estima que, mesmo se o minério de ferro caísse para US\$ 90 em 2022, a Vale ainda geraria US\$ 20 bilhões em Ebitda (lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização) e US\$ 7 bilhões em fluxo de caixa livre. "Por enquanto, não esperamos uma queda relevante na demanda e mantemos nosso cenário base de queda de 1% na produção de aço na China em 2022, o que ainda implicaria em fundamentos do mercado de minério de ferro saudáveis, com preços oscilando em torno de US\$ 100/US\$ 120 por tonelada", diz a gestora, em relatório.

Arbetman, da Ativa, reforça que a casa mudou a recomendação de compra para neutra há cerca de um mês, já antevendo as quedas do minério de ferro e os efeitos nos papéis da Vale.

No curto prazo, permanecem as incertezas macroeconômicas em relação à atuação da China.

"A questão da Evergrande trouxe dúvidas a respeito da reação da China. Tememos que isso, mesmo que de forma paralela, afete o mercado de crédito local", afirma Arbetman

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

EM QUEDA

● Desde agosto, os investidores monitoram a derrocada do minério de ferro e as preocupações com a China

Ações da Vale

EM REAIS



Minério de Ferro

EM DÓLAR



FONTES: ECONOMATICA E INVESTING

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

"O custo político de queda no PIB pode ser difícil de aceitar"

MARCELO NINIO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

BC prevê déficit nas contas externas

Estevão Tair e Alex Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018?page=1§ion=1

Visão fiscalista prevalece no novo Bolsa Família

Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018?page=1§ion=1

Alta de mão de obra subocupada revela retomada frágil

Lucianne Carneiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018?page=1§ion=1

Revisões do PIB pioram cenário do desemprego em 2022

Ana Conceição

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018?page=1§ion=1

BCs adotam viés conservador e impulsionam juros globais

Victor Rezende De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018

'AL não terá mais um apoio tão forte das commodities'

Gabriel Roca De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187018

Legislação eleitoral à la carte (Editorial)

De 2010 a 2021, a Câmara dos Deputados aprovou nada menos do que 76 projetos que alteraram a legislação eleitoral do País, o que representa uma média de sete projetos aprovados por ano. O levantamento foi feito pelo Instituto Millenium, em parceria com a Neocortex, com base em dados da própria Casa. O mais recente desses projetos, que recebeu aval de 378 deputados há poucos dias e seguiu para o Senado, institui o novo Código Eleitoral, um calhamaço de quase 900 artigos que altera de uma só vez desde os critérios para uso dos recursos do Fundo Partidário, que se tornam bem mais flexíveis, até as regras para divulgação de pesquisas de intenção de voto, que beiram a censura e abrem perigoso espaço para disseminação de mentiras às vésperas das eleições (ver editorial A afoiteza da Câmara, publicado em 12/9/2021). Trata-se da mais profunda e perigosa alteração da legislação eleitoral e partidária em muito tempo.

Ao longo desses 11 anos, não houve rigorosamente nada que justificasse uma produção legislativa tão prolífica em matéria partidária e eleitoral. Se é verdade que, sob muitos aspectos, o Brasil mudou de 2010 para cá, no que concerne ao processo eleitoral e ao funcionamento dos partidos políticos não houve alterações tão significativas a ponto de ensejar essa profusão de projetos como aponta o Instituto Millenium.

É lícito inferir, portanto, que as mudanças têm a ver com uma espécie de ajuste periódico da legislação eleitoral aos interesses dos parlamentares de turno.

Não sem razão, o relatório do Instituto Millenium classifica as mudanças das regras do jogo eleitoral como uma "obsessão" dos parlamentares, sempre ávidos por aprovar projetos que, ao fim e ao cabo, representem o aumento do grau de segurança na reeleição e na manutenção de poder.

Naturalmente, mudanças pontuais em um ou outro dispositivo da legislação eleitoral seriam razoáveis com o passar dos anos. Mas não é disso que se trata. Uma média de sete projetos de alteração da lei eleitoral por ano nada tem de razoável. O que o levantamento revela é que as mudanças na legislação sobre partidos e eleições são um debate permanente para os parlamentares.

Em que pese a grande quantidade de projetos aprovados pelos deputados com a finalidade de alterar a legislação eleitoral desde 2010 (76), o número

representa bem menos do que o total de propostas apresentadas na Câmara nesses 11 anos. Segundo o levantamento do Instituto Millenium, foram 2.243 projetos apresentados no período, pouco mais de 200 por ano. Ou seja, o desejo dos deputados de mudar as regras do jogo eleitoral é muito maior do que a capacidade da Câmara de absorver seus projetos.

Metade das proposições foi para o arquivo, foi devolvida ao autor para ajuste ou ainda aguarda a indicação de um relator ou parecer para ser levada ao plenário.

"O período democrático acentua de forma significativa os debates sobre as reformas políticas", disse ao Estado o cientista de dados Wagner Vargas, da Neocortex. O problema é quando essas reformas visam apenas à criação de condições que facilitem a manutenção do poder dos parlamentares, ampliem o acesso a recursos públicos e, conseqüentemente, aumentem suas chances de manutenção de poder, sem representar melhora na qualidade da representação política ou na funcionalidade do sistema político-eleitoral como um todo.

O Congresso já mostrou ao País que é capaz de aprovar projetos de **reforma política** que se coadunam perfeitamente com o melhor interesse público. O fim das coligações partidárias em eleições proporcionais, que distorcem a vontade dos eleitores, e a instituição de uma cláusula de barreira que, ao longo do tempo, diminua a quantidade de partidos políticos com representação no Congresso, são dois exemplos luminosos. O curioso é que tanto um como outro avanço na legislação eleitoral agora estão sob ameaça de retrocesso por não serem do interesse da atual legislatura. O País só perde com esse reformismo por espasmos, ao sabor dos interesses de ocasião.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>